

IMPLICAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS DA IMPLANTAÇÃO CURRICULAR DOS ESTUDOS DE LÍNGUAS INDÍGENAS NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS¹

Laísa Tossin*
UFSM/UnB

Resumo: Este artigo pretende abordar as filiações teóricas que serviram de base conceitual para a construção dos estudos de línguas indígenas no Brasil, de 1960 a 1980, levantando o percurso histórico da implantação desses métodos e teorias nos cursos universitários dedicados às línguas indígenas. Escolhi tratar a implantação curricular dos estudos de línguas indígenas nas universidades brasileiras junto às abordagens teóricas escolhidas como métodos de referência para estudos e descrições de línguas indígenas, analisando as implicações sociopolíticas envolvidas nesta escolha. Entendo-as como uma história de acontecimentos enquanto organização do trabalho científico e uma história dos conceitos enquanto atividade de produção de conhecimento. A perspectiva adotada ultrapassa os limites do histórico como mera cronologia e percebe o percurso sócio-político das filiações teóricas como um percurso de filiação política, ética e filosófica que busca a homogeneização do “povo” enquanto falante de uma única língua.

Abstract: This article intends to approach the theoretical affiliations that served as conceptual basis for the construction of the studies of indigenous languages in Brazil, from 1960 to 1980, raising the historical course of the implantation of these methods and theories in the university courses dedicated to the indigenous languages. I chose to treat the curricular implantation of the studies of indigenous languages in the Brazilian universities, together with the theoretical approaches chosen as reference methods for studies and descriptions of indigenous languages, analyzing the sociopolitical implications involved in this choice. I understand them as a history of events as an

organization of scientific work and a history of concepts as an activity of knowledge production. The perspective adopted goes beyond the limits of history as a mere chronology and perceives the socio-political course of theoretical affiliations as a course of political, ethical and philosophical affiliation that seeks the homogenization of the "people" as a speaker of a single language.

Introdução

Parto da ideia de que os discursos significam quando estão em relação a outros discursos. A partir desta premissa, a perspectiva de que o discurso científico é um discurso significante face a outros discursos me possibilita discutir os processos específicos que deram forma ao discurso científico sobre as línguas indígenas no Brasil. Assim, de acordo com Eni Orlandi em “A Natureza e os dados” (1994), os processos específicos de significação construíram discursivamente os referentes que alimentam as teorias linguísticas a partir das quais a descrição das línguas é feita. Estas considerações fomentam a reflexão a respeito da construção de um imaginário composto por categorias linguísticas descritivas que assumiram um caráter de tradição teórica de descrição linguística.

A descrição é a forma privilegiada de se fazer ciência, em detrimento da narração que assumiu um papel exclusivamente ficcional a partir do século XIX. Antes de seguir, é preciso explicar que categorias descritivas são categorias gramaticais presumidamente universais que servem para a formulação de generalizações sobre o funcionamento sintático das línguas faladas no mundo como, por exemplo, a transitividade verbal, que carrega em si uma vasta significação discursiva assim como semântica. A transitividade verbal é uma formulação discursiva que mobiliza sentidos ontológicos e, portanto, assim como pode variar a ontologia de um grupo humano a outro, varia a transitividade verbal. No entanto, o que atribui a transitividade, e mesmo a noção de verbo, a determinados termos são os pressupostos teóricos associados ao método descritivo.

Para que se gere conhecimento e se elabore uma generalização da variedade de possibilidades humanas, é necessário que se elabore uma descrição da realidade estudada. As questões que surgem aqui são: que formações discursivas estão presentes nas categorias descritivas tidas

como universais? De que âmbito sócio-político e histórico surgiram estas categorias? Portanto, o discurso científico gerado sobre as línguas indígenas foi construído e estabilizado ao longo do amadurecimento de uma tradição teórica de descrição linguística que serviu como meio de construção discursiva das identidades coletivas indígenas.

No que tange à filiação teórica adotada pelas universidades brasileiras, o escopo universalista e reducionista (reduzir à escrita línguas ágrafas) do tratamento dado à descrição das línguas não considera que a descrição (PÊCHEUX, 2009) é uma categoria do interpretar e não uma categoria da ordem da evidência, por isso o linguista não descreve impunemente uma língua. Diante da perspectiva da interpretação o que se tem frente à descrição linguística é a construção de dados que servem à construção de uma rede de cientificidade que constroi um imaginário científico a partir do qual se formula ciência.

Os dados construídos a partir da escolha teórica da descrição tipológica (ORLANDI, 1994), cognitiva, evolucionista e universal consagra também uma ideia política de unidade, de homogeneidade, e enquanto organização social, uma ideia de nação em que operam limites identitários discursivamente propostos pelo Outro. Se entendemos que a identidade étnica se constroi sobre os pilares do território e da língua, então um povo vive em um território demarcado e fala uma única língua que o caracteriza etnicamente. Temos então um deslizamento do falante enquanto pessoa para o falante enquanto povo (GUIMARÃES, 2004, p.62), criando a relação equivocada de identidade linguística em que “um povo fala uma língua” e que esta língua única é aquela documentada pelos linguistas. A compreensão de que um povo fala apenas uma língua invade a dinâmica multilíngue de algumas comunidades indígenas brasileiras, em especial as exogâmicas, nas quais o multilinguismo opera no indivíduo e funciona na dinâmica de convívio familiar, não é, portanto, um multilinguismo que evidencia fronteiras étnicas (SÉRIOT).

A forte ideia de que existe uma relação entre língua, identidade étnica e território edifica a ideia de um Estado nação coeso, monolíngue e com fronteiras claramente demarcadas. O trabalho de descrição linguística de línguas indígenas no Brasil nos afronta com a problemática do estabelecimento de uma identidade étnica associada a uma língua e um território, repetindo em escala micro uma versão maior

de Estado nação idealizado. No caso que proponho estudar a seguir, o do índio brasileiro, as peculiaridades específicas de cada grupo servem como nivelador, frente ao Estado nacional, de um atributo chamado de “diferença”. Assim, o diálogo entre o Estado nacional e as “diferenças” que habitam seu território se estabelece no nível da estrutura homogeneizante. Para que o índio seja reconhecido enquanto sujeito de direitos, entre eles a educação em língua portuguesa que o torna bilíngue frente ao Estado nacional, é preciso que ele seja reconhecido como sujeito étnico, e para isso é preciso viver em um território, ser falante de uma língua e detentor de uma identidade. O deslizamento do falante como pessoa para o falante como povo estabelece um princípio político de unidade, de homogeneidade, que solapa o multilinguismo e suas dinâmicas histórico-sociais apagando-as e silenciando a história indígena e de suas línguas.

Um dos problemas gerados pela perspectiva universalizante é o apagamento da história linguística dos falantes enquanto falantes multilíngues, assim como o silenciamento do próprio multilinguismo como manifestação eminentemente humana de comunicação, em detrimento do discurso científico sobre as línguas. A seguir, proponho uma revisão histórica da implantação teórica dos modelos estruturalistas de descrição linguística que chegaram às universidades brasileiras.

Línguas indígenas nas universidades brasileiras

Como marco recorrente na historiografia da ciência no Brasil, a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, destinada a formar a elite nacional, é a pedra fundamental e decisiva para a institucionalização da pesquisa científica no Brasil, estruturada pela criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934 (SALZANO, 2009). No ano seguinte à sua criação, foram incluídas, nos cursos de História e Geografia, as cadeiras de Etnografia Brasileira e de Língua Tupi-Guarani, inaugurando assim o estudo superior dedicado ao índio. O estudo sistemático de línguas indígenas também iniciou, no mesmo ano, na USP, com a introdução da cadeira de Tupinologia, ministrada pelo Prof. Plínio Ayrosa, com estudos de caráter filológico, etimológico e histórico (SEKI, 1999).

Estes estudos exaltavam a elegância do Tupi elaborada ao longo do século XVII, período no qual uma assepsia das línguas ocorreu em

sucesivas revisões do Dicionário Português-Brasileiro “no sentido de purificar tanto o Tupi quanto o português descritos” (NUNES, 2006, p. 127).

José Horta Nunes (2006), em “Dicionários no Brasil”, discute o trabalho de redução ortográfica elaborado por Anchieta, lembrando a dificuldade de o missionário marcar a diferença entre “palavra” e “frase”. Nunes elencou as censuras feitas no dicionário como, por exemplo, as expressões mistas em que apareciam termos do português misturados a termos do Tupi, como: tambor “*tambôre*” e saya de mulher “*cunhám pána*” ou “*sáya*”. Além das expressões suprimidas, algumas expressões foram reescritas, buscando um Tupi original inexistente na descrição anterior, por exemplo, o verbo ‘servir’ que tinha sua forma descrita em Tupi como “servir” tornou-se “*meaçub*” no Dicionário Português-Brasileiro elaborado por Frei Veloso em 1795.

Essa limpeza vernacular fundou uma etimologia pura para o Tupi, constituindo-a como a base dos estudos de Tupinologia. Assim, estebelece-se a posição do naturalista para a descrição que passa a ser feita “termo a termo”, ou seja, uma palavra do Tupi corresponde a um objeto do real que possui sua correlação com uma palavra do Português, silenciando a dificuldade anterior de distinguir entre “palavra” e “frase” e consolidando a relação imediata e definitiva dos sentidos em Tupi.

O gesto de leitura, uma interpretação portanto, proposto pela consolidação do Tupi como uma língua indígena pura traz associada a ideia de uma “nação” Tupi, um povo homogêneo falante de uma língua indígena pura sem traços do contato com o europeu. Obscurecer o contato histórico e linguístico engessa as dinâmicas historico-linguísticas e produz um efeito de encapsulamento do mundo indígena, como se os índios tivessem sempre vivido como viveram, mesmo após o contato, e tivessem sempre falado como passaram a falar depois do contato. A estagnação espacial e temporal proposta pela ideia de língua indígena pura silencia a história indígena vivida ao longo dos séculos de contato e cria a imagem fantasiosa do índio não contactado, do território inexplorado, da eterna descoberta.

Apagar a história do contato significa ignorar os deslocamentos populacionais forçados e a conjuntura escravocrata que os mobilizava e que arrastou numeroso contingente de norte a sul na Colônia (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016), “misturando” gentes. As reduções cristãs também foram veículos de “mistura” ao assentarem em seus

aldeamentos índios de diferentes grupos (HEMMING, 2007), capturados nas guerras justas e trasladados para fazendas ou missões (HARRIS, 2017). Acima de tudo, o apagamento gera uma distorção da história linguística do continente para a qual se estabelecem reconstruções de proto-línguas associadas a grupos geneticamente coesos que podem nunca ter existido antes do contato. O que ouvimos atualmente são possíveis reconstruções linguísticas derivadas de um esforço coletivo de estabelecer origens mítico-discursivas para si próprios frente ao avassalador movimento disruptivo da colonização.

A breve passagem que Francisco Requena (1992) nos conta de sua viagem ao Yapurá, em 1782, quando ele e os demais membros da expedição encontraram um grupo de índios corotú, habitantes da margem esquerda do rio Pira-Paraná, conhecedores da língua dos tupinambá, ou seja, do nheengatú, mostra que pessoas, doenças, mercadorias e línguas circularam muito amplamente e deixaram suas marcas por onde passaram. Esta breve passagem em meio ao longo relato que Francisco Requena chamou de “Instrumento sobre as notícias adquiridas por los índios corotus en ele río Apaporis” nos diz muito sobre o impacto da presença dos homens brancos no modo de vida indígena e aponta para um relacionamento de longa data desses índios com os portugueses.

Se a princípio, a implantação dos estudos de línguas indígenas foi associada aos departamentos de História e Geografia, era pelo princípio de que a humanidade deveria ser compreendida por sua história natural de desenvolvimento e seu processo evolutivo no espaço e no tempo. Sob esta concepção evolucionista, a USP se estabeleceu “como um centro de estudos voltado para a compreensão científica da realidade brasileira e que visava formar quadros técnicos qualificados [...] para atuarem nas nascentes instituições públicas de planejamento econômico e desenvolvimento social” (FIGUEIREDO, 2010, p.258 *apud* SIMÕES, 2001, p.14). Com estes objetivos, a contratação de professores estrangeiros, principalmente, norte-americanos foi considerada a mais relevante por se aproximar da tradição de pesquisa científica que se pretendia incentivar no país.

No período pós-guerra, a grande preocupação era com os falantes de línguas alemã e italiana que representavam um contingente considerável principalmente no sul do país. Para isso, foi inserida na pesquisa do Censo Nacional de 1940 uma pergunta sobre falantes de

línguas outras que não o português, entre as opções de resposta havia: “guarani ou qualquer outra língua aborígene”. Esta foi a resposta de 3,5% da população. Com base nesta resposta, havia 58.027 indígenas vivendo no país. Ao longo das décadas de 1940 e 1950, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) reavaliou estas informações e criou, a partir de suas estatísticas, uma imagem para a sociedade a respeito da presença indígena no Brasil, eram poucas e frágeis microssociedades vivendo isoladas no interior da floresta. Assim, caberia ao Estado protegê-los da inevitável expansão econômica que gerava pressão sobre as regiões em que eles se encontravam (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016). É interessante perceber que a preocupação do Estado não era atuar nas áreas de colonização mais antiga onde havia uma população indígena em permanente conflito por terras desde o início do Segundo Império no século XIX, mas sim investir recursos no conhecimento dos índios amazônicos.

Diante da tarefa proposta pelo Estado, a formação de “quadros técnicos qualificados” esperada como desempenho da formação intelectual que a USP poderia promover para as emergentes instituições públicas se converteu em um grande projeto de pesquisa científica financiado por instituições estrangeiras. Na USP, o norte-americano Donald Pierson, professor da Escola Livre de Sociologia e Política, firmou em 1945 um convênio com o Instituto de Antropologia Social do *Smithsonian Museum*. Neste convênio, as novas diretrizes da pesquisa nacional foram estabelecidas, entre elas a necessidade de cumprir uma agenda de pesquisa básica, voltada para o conhecimento científico de culturas e sociedades diferentes de forma a embasar as intervenções militares e políticas dos EUA a partir de um conhecimento científico. Esta reorientação da pesquisa científica se deu em face à reorientação da política externa norte-americana no pós-guerra, fruto de sua intervenção militar na Europa que teve na mobilização da comunidade científica grande aliada. Trago aqui o exemplo de Ruth Benedict, antropóloga aluna de Franz Boas, que dispôs seu conhecimento cultural sobre o Japão a favor das intervenções militares norte-americanas. Assim, a produção de conhecimento útil tomou conta da pesquisa brasileira, e os pesquisadores tiveram que responder a demandas voltadas aos serviços de bem-estar, saúde e desenvolvimento nas regiões em que pesquisavam, em especial, no vale do rio São Francisco, no vale do rio Doce e na Amazônia (FIGUEIREDO, 2010).

Pelos lugares privilegiados pelo convênio, podemos perceber que não era exatamente a diversidade cultural brasileira que se queria conhecer, mas se tratava sim de uma estratégia de mapeamento de áreas de grande potencial de mineração.

Assim como na USP, a Universidade do Distrito Federal, fundada em 1937, no Rio de Janeiro, contratou professores estrangeiros para ministrar aulas. Georges Millardet foi um dos professores contratados e ministrou aulas para Joaquim Mattoso Câmara Jr. que, em 1943, recebeu uma bolsa de estudos da Fundação Rockefeller para estudar na Universidade de Nova Iorque, onde foi aluno de Roman Jakobson e tomou conhecimento do trabalho de Edward Sapir. Ao voltar ao Brasil, Mattoso foi convidado para ministrar um curso de Linguística para os etnólogos que iniciavam suas carreiras no Museu Nacional. O Setor Linguístico do Museu Nacional atualmente sediado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi criado no final dos anos 1950 e constituiu-se no primeiro espaço para estudos linguísticos no Brasil (ALTMAN, 1998). Tendo como base epistemológica o relacionamento entre a língua, a raça e a cultura, o modelo de pesquisa conhecido como Antropologia dos quatro campos (antropologia cultural ou social, linguística, arqueologia e antropologia biológica) prevaleceu na organização disciplinar universitária norte-americana e foi adotada como forma de trabalho no Museu Nacional também.

Embora Mattoso fosse professor de linguística do Museu Nacional e tivesse preparado um curso introdutório para o estudo das línguas indígenas com base nos trabalhos de Sapir e de Jakobson, foi o *Summer Institute of Linguistics* (SIL) que assumiu a formação dos pesquisadores nacionais. Castro Faria relatou na introdução ao livro “Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras”, de Mattoso Câmara Jr., que o linguista norte-americano Kenneth Pike havia escrito uma carta ao SPI solicitando uma visita técnica em 1956. Após breve insistência, foi recebido por Darcy Ribeiro e, em 1957, foi firmado o acordo de cooperação científica entre o SIL e o Museu Nacional. Assim como o Wycliffe Bible Translators, o SIL, hoje conhecido como *SIL International*, foi fundado por William Cameron Townsend, missionário cristão que incentivou a tradução da Bíblia no mundo.

O trabalho de tradução baseava-se nos critérios de redução ortográfica para línguas ágrafas desenvolvido no século XIX por Karl Lepsius, alemão, formado em Leipzig e profundamente influenciado

pelas ideias humboldtianas. Lepsius procurou estabelecer a relação entre “um som e uma letra”, buscando a universalidade científica deste método na fonética articulatória que compreende a produção dos sons articulados pelo aparelho fonador humano como algo limitado às condições físicas, iguais a todos os seres humanos, portanto, universais. A redução à escrita era uma tarefa já praticada pelos missionários do século XVI que introduziram a escrita alfabética latina às línguas que descreveram. O trabalho inicial de Lepsius foi uma proposta de alfabeto *standard* para o Kiriri descrito pelo Padre Mamiami no século XVI. O alfabeto *standard* de Lepsius estava vinculado à produção de moldes tipográficos financiada pela Academia Real de Berlim para a imprensa, visando evitar a variedade de notações ortográficas para uma mesma língua e voltada para a impressão de livros (BARROS, 1996). A ideia por trás da necessidade de imprimir livros era o entendimento de que a alfabetização era a “capacidade de ler a Bíblia e compreendê-la”. Os “livros” então eram apenas uma maneira outra de dizer “a Bíblia” e, assim, garantir um dos princípios da Reforma Protestante, a leitura individual entendida como prática emancipadora e libertadora do espírito humano, valor muito exaltado no período do romantismo alemão.

Roy Harris (1980) considera que a adoção da tradição alfabético-tipográfica como modelo para a oralidade das línguas indígenas gera dados linguísticos assinalados dentro da normatividade da escrita, exigindo uma letra para cada som, mantendo espaços em branco entre cada segmento. Segundo ele, o uso da escrita tipográfica desencadeou uma ideia de tipos linguísticos que concebe a linguagem como uma forma fixa e constante, que serve como produto adequado às ideias de universalidade.

Aparentemente, a inserção do SIL na política linguística nacional não mudou os caminhos da perspectiva teórica adotada. Pike, presidente do SIL entre 1942 e 1979, foi aluno de Sapir durante o período em que as ideias de Bloomfield se projetavam no cenário acadêmico. O modelo bloomfieldiano de análise fonêmica se baseava em traços distintivos relacionados em oposição contrastiva, entendendo a língua como sistema e assumindo-a como um traço comportamental relativo ao desenvolvimento humano como espécie, o que dá um caráter mental à língua, portanto, universal. As ideias estruturalistas a respeito da língua pressupõem uma estrutura universal para a língua, seja ela

limitada pela capacidade vocal do ser humano seja ela fruto da mente desenvolvida ao longo do processo evolutivo. Foi Roman Jakobson, um dos fundadores do Círculo de Praga, quem desenvolveu a proposta de uma fonologia baseada em traços distintivos dos sons, organizados em um jogo de oposições distintivas.

Patrick Sériot, em “Estrutura e Totalidade. As origens intelectuais do estruturalismo na Europa Central e Oriental”, nos conta como surgiu a noção de estrutura no Círculo linguístico de Praga a partir da noção romântica de totalidade. A ideia de língua amparada pela ideia estruturalista prevê que a língua seja um sistema no qual tudo está ligado. Neste “tudo”, entende-se os limites histórico-geográficos das práticas coletivas, nos termos de Ratzel, que confinam um determinado sistema linguístico a si próprio, impossibilitando a tradução entre sistemas. Assim, a estrutura é o amálgama entre a totalidade ontológica e o sistema de relações que a provê. Sendo a totalidade ontológica da ordem do real e o sistema de relações da ordem do conhecimento, o discurso científico gerado pela descrição linguística de tipo estruturalista propõe que a língua se relacione com a totalidade ontológica, de modo a estabelecer tipos histórico-culturais nos quais a relação orgânica ou natural entre as línguas é demonstrada pelas semelhanças entre línguas e povos.

O interessante aqui é a aproximação entre língua e povo como natural, orgânica, estabelecendo a língua como característica intrínseca de um povo, na qual povo tem um sentido de coletivo de falantes que fizeram um “acordo” a respeito da língua que falam. Neste sentido, a língua se torna definidora de um povo enquanto determinada pelas circunstâncias histórico-geográficas que a constituem. Sendo assim, se tomarmos os dados linguísticos brutos como referência, afinal são eles, em última análise, o motor das interpretações transformadas em teorias descritivas, o que se estabelece, a partir deste gesto de leitura, é uma delimitação do espaço geográfico de circulação de uma língua como sendo um espaço natural ou ambiental de produção de uma língua e de um povo. A constrição espacial sobre a língua e seus falantes acaba por distribuir territorialmente “características estratificadas” entendidas como sendo estas a própria língua. No entanto, sendo a linguagem uma característica intrinsecamente humana, as características estratificadas delimitadas por um território devem significar relações equivalentes em toda e qualquer língua do mundo. Assim, as concepções estruturalistas

operam com uma dualidade sistêmica, se por um lado língua e território se delimitam mutuamente, por outro a “natureza” humana a torna universal.

Não há, entre os estruturalistas, uma preocupação com o que significa a estrutura das línguas nem com o que as relações linguísticas internas à língua significam. Basta que haja a identificação de uma estrutura de grande amplitude para que se justifique o esforço analítico e se faça a generalização: “isto” é humano, portanto “isto” é universal. A meu ver, a única generalização possível e universal a ser feita é a de que a língua trata do mundo real, de algo externo a si. Qualquer outra tentativa de universalização de estruturas como, por exemplo, o jogo de argumentos que a transitividade de um verbo permite, parte de premissas historicamente construídas ao longo do processo de construção das formações dicursivas presentes no discurso científico sobre as línguas e a linguagem. Ainda tratando do exemplo da transitividade do verbo, historicamente construída pelo debate sobre se a linguagem fala exclusivamente do ser ou não, a disputa foi resolvida com o teorema de Platão que propõe o jogo de argumentos (sujeito e objeto) propiciado pela transitividade verbal como a demonstração de que a linguagem tratava de coisas além do ser (NUNES, 2006). O teorema de Platão considera a palavra um signo linguístico, portanto, a transitividade verbal só é operante em línguas de palavras com uma sintaxe (AUROUX, 2009). Todo o desenvolvimento das pesquisas linguísticas calcadas sobre estes construtos analíticos, descritivos e conceituais trazem em si a história da linguística e do desenvolvimento de seus conceitos, mas não revelam a natureza universal da linguagem.

No que tange à problemática dos traços distintivos dos sons, organizados em um jogo de oposições distintivas como elaborado por Jakobson, o mais complicado é estabelecer as relações entre fonemas que distinguem diferentes coisas no mundo real. Em português, “faca” e “vaca” possuem como traço sonoro distintivo: o vozeamento de “v”, que só é distintivo porque “faca” e “vaca” são coisas diferentes no mundo real. Portanto “v” e “f” são fonemas do português. Por exemplo, na diferença entre *krá* e *krā* em Apinajé, onde lê-se, *krā* “cabeça” e *krá* “filho”, a vogal nasal é considerada uma marca do categorizador “redondo”, atribuído aos frutos esféricos e às partes do corpo como a cabeça; filho é um termo de parentesco. Aparentemente não há relação alguma entre os dois termos, porque, para nós, não é evidente que a

cabeça, onde se amarra o adorno cerimonial junto ao corte de cabelo esteja relacionada à complexidade do ritual de nomeação de um filho. No entanto, na sociedade Apinajé, o nome, o adorno cerimonial e a cabeça fazem parte do complexo de elementos relacionados ao ritual de nomeação, quando o tio materno transmite seu nome ao sobrinho e passa a chamá-lo de *pakrã*, literalmente, “minha cabeça” (TOSSIN, 2015, p.134). Depois de entender que há uma relação muito profunda entre *krá* e *krã* já não é possível atribuir-lhes um caráter distintivo marcado pela presença de um fonema que os diferencia. Provavelmente não significam nem “cabeça” nem “filho”, mas certamente se aproximam mais de um termo de parentesco do que da esfericidade das formas.

O problema que coloco aqui é que, ao determinar o que um fonema traz de diferença para que uma “palavra” em língua indígena designe uma coisa e não outra revela apenas um critério de eleição do pensamento ocidental e de suas categorias e esta é uma limitação a ser considerada no trabalho de descrição linguística. Afinal, estamos tratando da história da materialidade das línguas indígenas e a desconhecemos profundamente. Por isso, é importante lembrar que “enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico.” (GUIMARÃES, 2017, p. 15)

Outra premissa igualmente construída sobre as bases da constrição da língua e de seus falantes a um espaço ambiental é a da dispersão. A lógica da dispersão linguística determina o tempo transcorrido de separação pela variação alcançada, imaginando uma relação das línguas do mundo como originárias de uma língua-mãe. Esta ideia é em grande parte fruto de nosso mito de origem das línguas, a famosa Torre de Babel e o mito de origem da dispersão das línguas, a história de Noé, traçando entre elas uma relação estabelecemos uma genealogia dos povos e das línguas simultaneamente. O parentesco entre as línguas adquiriu uma importância tão relevante que aos grupos de línguas identificados como aparentados passou-se a chamar de família linguística. A base de comparação para a atribuição de parentesco entre as línguas é a semelhança de vocabulário ou, em outras palavras, a retenção lexical (AUROUX, 2009). A este respeito, em minha banca de defesa de tese, o doutor e professor indígena Gersem Luciano colocou uma questão muito interessante. Contou ele que seu pai fala baniwa, sua mãe nheengatu e ele português, e me fez a seguinte pergunta para a

qual ele ainda não havia encontrado uma resposta: “qual é minha família linguística?”

A catequização e a alfabetização: condutas para o Estado

Os missionários assumiram a descrição das línguas e a alfabetização dos grupos indígenas onde estiveram presentes, espalhando seus profissionais pelo México, Peru, Guatemala e Brasil como um modelo a ser implantado na América Latina. A princípio, o acordo foi com o Museu Nacional, mas ao longo dos anos 1960 se expandiu, e o SIL participou de políticas públicas de educação e ajudou na implantação dos cursos de graduação e de pós-graduação em Linguística na Universidade de Brasília (UnB) e na Universidade Federal do Paraná. Na UnB, de 1962 a 1965, o SIL manteve professores de linguística na graduação em Letras e no mestrado em Linguística. Nos 20 anos (1966-1985) em que a UnB foi administrada por interventores politicamente orientados pelo regime militar, o estudo das línguas indígenas deixou de existir, mas os missionários contratados pela universidade continuaram a dar aulas no mestrado em Linguística. Assim, o papel de alfabetizador de indígenas assumido pelo SIL findou por tornar-se um modelo de formação de pesquisadores orientados pelo método desenvolvido pelos missionários para a tradução da Bíblia.

No início da década de 1960, um programa financiado pela Fundação Ford, que visava à melhoria do ensino da língua portuguesa e entendia as línguas indígenas como um “subproduto nacional”, deslocou a tarefa de formar linguistas para a descrição das línguas indígenas do Museu Nacional para o curso de Letras da UFRJ (FRANCHETTO; LEITE, 1983), passando a integrar a cadeia de disciplinas de formação de professores de língua portuguesa para o ensino fundamental e médio. Nesse contexto, o Conselho Federal de Educação decretou a exigência de implantação da cadeira de Linguística nos cursos de Letras. Assim, tanto a Linguística quanto os estudos de Línguas Indígenas entraram no currículo previsto para a formação profissionalizante do professor, não visando o desenvolvimento de reflexões propriamente linguísticas, mas servindo como uma ferramenta para o ensino de língua portuguesa.

Aryon Rodrigues, em meados dos anos 1960, prevendo a reformulação que a exigência do curso de Linguística provocaria nos cursos de Letras, se empenhou em descrever as tarefas da Linguística

no Brasil, em documento apresentado na reunião anual da Associação Brasileira de Antropologia, demonstrando a estreita relação entre as duas disciplinas. Em seu discurso, salientou a urgente necessidade de descrever as línguas indígenas antes que elas desaparecessem, como já havia escrito, em 1841, Adolfo Varnhagen e, em 1930, José de Oiticica. Talvez em decorrência do profundo relacionamento entre o SIL e a academia, citou os funcionários do SPI e os missionários do SIL como educadores. Sugeriu que era necessário pesquisar para educar, proposta coerente com as exigências norte-americanas de pesquisa para a América Latina, embora reconhecesse que a investigação científica deveria ser desvinculada de interesses políticos.

O SIL estava ligado ao SPI, afinal era por intermédio do SPI, e posteriormente pela Funai, que os missionários entravam nas aldeias. Conforme me relatou Francisco Sarmiento, na época em que seu pai estudava com os missionários, eles eram tratados como autoridades. Ao chegarem de avião ou de helicóptero às aldeias, os missionários exigiam que os índios que trabalhavam e estudavam na missão fossem perfilados para hastearem a bandeira nacional e cantarem o hino. Após a cerimônia oficial, deviam beijar a mão dos missionários recém-chegados sob pena de punição aos que se recusassem a cumprir todas as etapas. Os missionários acumulavam uma variedade de papéis frente às questões indígenas no Brasil. Nas missões, representavam a autoridade estatal, com a exigência de que fosse hasteada a bandeira e cantado o hino, e representavam a autoridade religiosa, com a cerimônia do beija-mão, significando um duplo papel de autoridade. Fora das missões, eram os mais distinguidos conhecedores das línguas indígenas, sendo tratados como cientistas de renome frente à academia, com publicações em periódicos especializados e títulos de doutor que justificavam sua contratação nas melhores universidades do mundo como a *London University*, por exemplo, além de participarem como agentes e formuladores de políticas educacionais de abrangência nacional. É inquietante e desafiador entender porque o SIL conseguiu tamanha permeabilidade no Estado brasileiro e como se manteve lá por tantos anos. O que salta aos olhos, no entanto, é que a tarefa dos missionários mais uma vez estava aliada à implantação de um modelo de Estado. Se no século XVI era o Estado português com suas atividades mercantis, no século XX era o Estado desenvolvimentista de bandeira norte-americana quem comandava a catequização, sempre, ambas a do século

XVI e a do século XX, acompanhadas da alfabetização de viés libertador.

No final da década de 1960, novamente na história do Brasil, o grande poder dos missionários sobre os índios provocou sua proibição de acesso às aldeias, seja para pesquisa seja para visita. Os jesuítas, no século XVI, foram expulsos e sua ordem desmantelada. Os missionários do SIL tiveram destino mais ameno, foram apenas impedidos de frequentarem as aldeias indígenas. Esta crise se desenrolou até a década de 1980, quando, por fim, o convênio com o SIL foi cancelado (FRANCHETTO; LEITE, 1983; SEKI, 1999). No entanto, os missionários contratados por universidades brasileiras continuaram suas atividades docentes até sua aposentadoria. Como solução ao impasse quanto ao acesso às aldeias e aos índios, o SIL tornou-se uma organização não governamental brasileira, registrada como Sociedade Internacional de Linguística (SIL Internacional), com sede em Goiânia.

Como no Brasil, tanto a Linguística quanto a Linguística Indígena foram alocadas nos cursos de Letras, que formam professores para ocupar as vagas em escolas de ensino fundamental e médio, unir as duas carreiras tornou-se óbvio. Na década de 1970, o linguista-educador surgiu, seu trabalho era em grande medida descrever as línguas indígenas e elaborar cartilhas bilíngues para alfabetização em língua portuguesa e em língua indígena (ALTMAN, 1998). Os longos tentáculos norte-americanos colocavam os recursos humanos presentes nas universidades brasileiras sob seus interesses, comprometendo-os com as prioridades estabelecidas no acordo de “pesquisa para o desenvolvimento” firmado nos anos após a segunda guerra. Este comprometimento vinha mediante requisições estatais para o desenvolvimento de projetos de pesquisa em áreas específicas, a alfabetização das populações indígenas da amazônia era um deles. Assim, para o Estado, um povo indígena amazônico seria bilíngue, pois dominaria duas línguas: a língua portuguesa e a sua própria língua, na fala, na escrita e na leitura.

Arqueologia de mãos dadas com a Linguística

Os cursos que visavam a profissionalização de antropólogos e arqueólogos, iniciaram suas atividades no Museu Nacional, em 1954, e na Universidade Federal do Paraná, em 1958. Embora nos anos

anteriores à chegada da arqueóloga norte-americana Betty Meggers ao Brasil, a arqueologia brasileira adotasse o modelo francês de análise e prospecção, em 1965, ano seguinte à instauração do regime militar, com a fundação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa), o método Ford, de origem norte-americana, passou a ser o modelo mais amplamente utilizado. Betty Meggers, financiada pelo *Smithsonian Institute*, disseminou a ideia de que o meio ambiente determinava a possibilidade de expansão das populações pré-históricas e que nenhuma das populações pré-históricas da floresta amazônica teriam capacidade de manter grandes sociedades devido à pobreza do solo e à escassez de recursos naturais. Em seu livro publicado em 1957, ela propôs que os vestígios de grandes populações encontrados na Ilha de Marajó seriam fruto de migrações andinas que, ao chegarem ao litoral, entraram em decadência e involuíram, chegando ao estado das populações indígenas que viviam na região à época de seus estudos.

Após o estabelecimento do Pronapa, pesquisas com viés teórico distinto ou que discordassem dos resultados apresentados pela pesquisadora norte-americana tinham seus pedidos de financiamento sistematicamente negados pelo CNPq. Alguns arqueólogos denunciaram, mas apenas a partir da década de 1990 conseguiram divulgação dos resultados de suas pesquisas. Em especial, do trabalho de Ana Roosevelt, arqueóloga brasileira que discordava das pesquisas de Meggers. Denise Schaan (2003), arqueóloga brasileira, demonstrou, por meio dos motivos gráficos das cerâmicas produzidas na Ilha do Marajó, que a sociedade regional existente naquele período era organizada em grupos de aproximadamente 3.000 pessoas, cujas relações de trocas se expandiam do oeste amazônico até o atual Missisipi, discordando das hipóteses de Betty Meggers.

A narrativa arqueológica elaborada por Betty Meggers em seus estudos a respeito das sociedades amazônicas criou a ideia equivocada de que a amazônia era um território pouco povoado e inóspito, o que propiciou o discurso político desenvolvimentista, facilitando a implantação das políticas de ocupação de terras e de exploração de recursos naturais na Amazônia.

Conclusões

Do período que sucede à morte de Getúlio até o final do regime militar, é possível rastrear uma forte influência norte-americana no

direcionamento das pesquisas relacionadas aos índios e à sua história no Brasil. Além do forte impacto nas relações entre a sociedade abrangente e as populações indígenas, gerado pelo discurso do vazio demográfico, também moldou a pesquisa nacional direcionando a formação dos profissionais para servir aos interesses políticos e econômicos da nova ordem estabelecida pós-segunda guerra. Podemos dizer que há um princípio que rege estas pesquisas. Os índios precisam ser encontrados, contatados e identificados pelos antropólogos do SPI, suas línguas descritas e documentadas pelos linguistas, para evitar sua extinção, pois inevitavelmente os índios serão absorvidos pela sociedade abrangente e desaparecerão.

Nesse íterim, os arqueólogos trariam à tona as evidências de que os índios nunca foram muitos e que, devido às condições inóspitas do território, tenderiam a perecer e involuir. Este ciclo alimenta a ideia de vazio demográfico no interior do país, abrindo caminho para projetos de desenvolvimento como a Transamazônica, a extração de minério, a instalação de hidrelétricas e a ocupação das terras pela criação de gado e pela agricultura.

Durante o período de atuação do SIL em parceria com pesquisadores nacionais, os interesses eram a documentação e a preservação da memória nacional e do patrimônio cultural sob ameaça de desaparecimento. A ideia vigente era que os índios seriam contatados, absorvidos pela sociedade emergente e “desapareceriam”, portanto era necessária a documentação de suas línguas e culturas como meio de preservá-las. Após o rompimento com o SIL, a presença de uma geração de pesquisadores formados pelos missionários que lecionaram nas universidades brasileiras e estrangeiras deu continuidade ao modelo de descrição de línguas, seguindo as teorias norte-americanas que foram fomentadas também pela presença dos missionários naquelas universidades.

A trajetória da disciplinarização dos estudos de línguas indígenas nas universidades brasileiras estabeleceu a invisibilidade dos demais povos indígenas frente à visibilidade dos povos amazônicos. Fomentaram a errônea ideia de que índio só existe na floresta e que são poucos. Esta escolha não foi uma decisão deliberada dos pesquisadores brasileiros, sejam linguistas, antropólogos ou arqueólogos. Ao mesmo tempo em que trouxe uma orientação política de visibilidade para os povos amazônicos, criou a ideia de vazio demográfico no interior do

país.

A continuidade da perspectiva teórica anglo-saxônica para a descrição das línguas indígenas consolidou um discurso científico sobre as línguas indígenas que mascara a história das línguas, reproduzindo em escala micro a homogeneização linguística exigida pelo Estado.

Referências bibliográficas

- ALTMAN, M. C. F. S. (1998). *A pesquisa Linguística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas.
- AUROUX, S. (2009). *Filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola. Trad. Marcos Marcionilo
- CASTILHO, A. *Estudos linguísticos no Brasil. Notas para sua história*. pp.135-143.
- CASTRO Faria. (1965). Introdução. In: MATTOSO CÂMARA Jr. *Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- D'ANGELIS, W. (2004). "O alinhamento pró-Estados Unidos da fonologia no Brasil". In: *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 4, n. 1.
- FIGUEIREDO, R. É. D. (2010). *Revista de Antropologia*, v. 53 n.1, pp.237-276. São Paulo: USP.
- FRANCHETTO, B.; LEITE, Y. (1983). "A concepção dos linguistas". In: *Cadernos de Estudos Linguísticos* n.4, pp.15-30. Campinas: IEL/Unicamp.
- GUIMARÃES, E. (2004). *História da Semântica. Sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas: Pontes.
- GUIMARÃES, E. (2017). *Semântica do acontecimento. Um estudo enunciativo ao designação*. Campinas: Pontes, 4ª edição.
- HARRIS, R. (1980). *The Language-Makers*. London: Duckworth.
- HARRIS, M. (2017). *Rebelião na Amazônia. Cabanagem, raça e cultura popular no norte do Brasil, 1798-1840*. Campinas: Editora Unicamp.
- HEMMING, J. (2007). *Ouro vermelho. A conquista dos índios brasileiros*. São Paulo: Edusp. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura
- IANNI, O. (1978). *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª edição.

- NETO, J. (2014). *PRONAPA - Uma história da arqueologia brasileira contada por quem a viveu*. Entrevista ao Prof. Dr. Ondemar Dias, jan. 2014. Rio de Janeiro, Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), mai. 2014. Série História da Arqueologia
- ORLANDI, E. (1994) “A Natureza e os dados (A constituição histórica de um modelo de pesquisa de campo)”. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n.27, pp.47-57. Campinas: IEL/Unicamp.
- PACHECO DE OLIVEIRA, J. (2016). *O nascimento do Brasil e outros ensaios. “Pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- PÊCHEUX, M. (2009). *Semântica e discurso*. Campinas: Editora da Unicamp.
- REQUENA, F.; CHERMONT, T. C.; MAZORRA, J. (1992). *Ilustrados y bárbaros. Diario de la exploración de límites al Amazonas (1782)*. Madrid: Alianza.
- RODRIGUES, A. D. (1966). “Tarefas da linguística no Brasil”. In: *Estudos linguísticos*, v. 1, n. 1, jul. São Paulo.
- SALZANO, F. M. (2009). “A Antropologia no Brasil: é a interdisciplinaridade possível?” In: *Amazônica* 1, n.1, pp.12-27.
- SCHANN, D. P. (2014). “Arqueologia para etnólogos: colaborações entre arqueologia e antropologia na Amazônia”. In: *Anuário Antropológico*, v.39, n.2, p.13-44. Brasília.
- SEKI, L. (1999). “A linguística indígena no Brasil”. In: *Delta*, v. 15, n. especial, pp. 257-290. Campinas.
- SÉRIOT, P. (2001). “Ethnos e demos: a construção discursiva da identidade coletiva”. In: *Rua*, n.7, p. 11-20. Campinas: Nudecri/Labeurb.
- TOSSIN, L. (2015). “Uma questão de essência: classificadores para o corpo humano em Apinayé”. In: *Revista Moara*, n. 43, v. 2, jul./ dez., p. 129-140. Estudos Linguísticos. ISSN: 0104-094. Belém.
- VARNHAGEN, F. A. (1841). “Sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brazil”. Rio de Janeiro, *Revista trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*, III, 1841, p. 53-63. — *Erratas: Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, XXI (1858), 2.^a edição, Rio de Janeiro, p. 391, 1930. Recuperado de: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Avarnhagen-1841-memoria/varnhagen_1841_memoria.pdf. Consultado em: 26

nov. 2014. 16:43.

Palavras-chave: História das ideias linguísticas, Produção de conhecimento, Discurso sobre as minorias.

Keywords: History of linguistic ideas, Knowledge production, Discourse about minorities.

Notas

* PNPD do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria. Pesquisadora-colaboradora do Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução da Universidade de Brasília. Email: laisatossin@gmail.com

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) - código de financiamento 001.